

ATA N° 006/2021

Às oito horas e quarenta minutos do dia nove de junho de dois mil e vinte um, os membros do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, em atendimento ao item seis do memorando n°. 005/2020 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o qual regulamenta o Decreto Governamental n°. 4942/2020, acerca da prevenção à disseminação da COVID-19, os conselheiros reúnem-se via aplicativo Google Meet para a quinta reunião ordinária de trabalho do biênio 2021/2022. O Sr. Presidente dá início ao **primeiro** ponto de pauta com votação da última ata da reunião ordinária, sendo aprovada por todos e todas. A Conselheira Maria Lúcia Gomes pede a palavra e solicita que deixemos registrada a aprovação da ata com o seu nome em destaque. Passando para o **segundo** item de pauta, sobre o relato do convênio de Colombo, o Presidente apresentou o Conselheiro do COMAD de Colombo Sr Davi, para relatar sobre a questão do carro do Conselho que foi requisitado para a Prefeitura. Sr Davi toma a palavra e cumprimenta os/as Conselheiros/as e diz que está na presidência do Conselho até 2022, relata ainda que o prefeito não indicou até o presente momento Conselheiros/as governamentais e solicitou a entrega do carro para a prefeitura. O carro era utilizado para finalidade de palestras, internações e a prefeitura enviou uma requisição dando um prazo de 24 horas, assinado pelo Secretário de Administração da prefeitura. O Presidente solicitou cópia da requisição e o Sr Davi disse que irá retirar a segunda via no sistema. O Conselheiro José Augusto Soavinski pede a palavra e fala de Pontal do Paraná, que ocorreu este problema com o carro, que a prefeitura “pegou de volta” e depenaram o carro, que o NESPD recebeu por e-mail um ofício há uns 15 dias relatando este ocorrido. O Conselheiro Renato Bastos Figueiroa pede a palavra e relata que os carros tem que ser destinados para os Conselhos ou para os setores que trabalham com a política sobre drogas e que o documento que o Sr Davi encaminhou ao CONESD não veio o documento de solicitação de devolução do carro e se o carro não estiver sendo utilizado para a finalidade será encaminhado para leilão. Continuando, pergunta para o Conselheiro Soavinski se está verificando a questão de Pontal e se isto estiver acontecendo é um crime de peculato e ele mesmo irá tomar providências. A Conselheira Maria Lúcia questiona se não é caso para encaminhar para o Ministério Público e o Conselheiro Dr Renato diz que precisa primeiro verificar sobre a doação deste carro e que hoje mudou a forma de doação de carros conforme SENAD, justamente por este motivo de desvio de finalidade. Hoje consegue fazer doações para forças de segurança e em relação as Comunidades Terapêuticas podem pedir doação pela SENAPRED. A Conselheira Maria Lúcia pede a palavra e faz considerações em relação a indicação dos representantes governamentais, se já foram substituídos. O Sr Davi disse que quando houve a troca do prefeito solicitou a indicação dos membros govts e isto não aconteceu, não houve a indicação e o Conselho ficou invia-

bilizado. A Conselheira Maria Lúcia reforça que precisa encaminhar denúncia para o Ministério Público. O Presidente assume a palavra e solicita novamente ao Sr Davi para encaminhar os documentos para o CONESD para poder oficial o prefeito e orienta ainda ao Conselho enviar outro ofício para a Prefeitura para indicação dos Conselheiros govts. Continuando, orienta o mesmo procedimento para Pontal do Paraná. O Conselheiro Dr Guilherme pede a palavra e orienta que primeiro o Conselho deverá conversar com o prefeito e caso não indiquem a substituição, que façam a denúncia no Ministério Público, que poderá contribuir com este diálogo. Prosseguindo para o **terceiro** ponto da pauta, que trata das Comissões Permanentes e criação de Comissões Especiais, o Presidente no uso da palavra fala do regimento, o que está colocado em relação as comissões. Solicita deixar as comissões permanentes parada até a aprovação do Plano Estadual. O Conselheiro Fábio pede a palavra e questiona sobre a perspectiva de aprovação do Plano, se será breve, se há previsão de aprovação, caso contrário as Comissões terão que funcionar. O Conselheiro Renato informa que não tem informação de data, que está acompanhando o protocolo e que há expectativa de ser aprovado antes do final do ano, que está tramitando nas Secretarias. O Presidente sugere a criação/regulação das Comissões e aguardar até a aprovação do Plano, e que a organização deve acontecer com a formação das Comissões com relator, presidente e cada uma se reunirá caso seja necessário. A Conselheira Danielle Annoni pede a palavra e coloca que estudou o regimento e que as Comissões tem uma competência, uma finalidade específica que compete a elas e que parece que não dá para suspender as Comissões por um ano, sem prazo definitivo e sem justificativa. O Conselheiro Carlos Augusto Weber coloca que acredita que Dr Renato possa ajudar a entender esta questão e que as Comissões foram instaladas e trabalharam para a construção do Plano, que foi encaminhado para o Governo/Secretarias, pergunta sobre o andamento do Plano, “que aí podemos recomeçar os trabalhos dentro de suas competências, principalmente diante da pandemia”. O Conselheiro Renato relata que iniciamos em 2019 e foi dado prazo para as Comissões apresentarem os seus relatórios, que duas Comissões apresentaram relatórios, em especial a saúde que fez um trabalho muito importante. A partir daí o Plano foi encaminhado para a SESP que apontou encaminhar para as demais Secretarias e que ainda não chegou no Governo e em 2020 o plano foi atualizado. O Conselheiro Weber solicita quais as Comissões apresentaram os relatórios e Dr Renato coloca que foi a saúde, redução de danos sociais e a saúde e prevenção. A Conselheira Maria Lúcia pede a palavra e coloca que foi contemplada na fala do Conselheiro Weber e do Dr Renato e que os membros estavam presentes e contribuíram nesta demanda. O Presidente assume a palavra e coloca que como estamos motivamos para o trabalho nas Comissões, que passará o Relatório do CONAD sobre a Política Nacional e cada Comissão fará o estudo de sua competência. A Conselheira Maria Lúcia pergunta se ficará os mesmos coordenadores e relatores e o Presidente coloca que não, que haverá

mudanças e prossegue com a formação das Comissões, sendo: **Comissão Permanente de Prevenção:** Carlos Augusto Weber, Guilherme de Barros Perini, José Augusto Soavinski, Fábio José Lopes, Simone Carinha Baroni. **Comissão Permanente de Tratamento, Recuperação e Reinserção Social:** Guilherme de Barros Perini, José Augusto Soavinski, Fábio José Lopes, Marco Antônio Socorro Marques Ribeiro Bessa, Rita de Cássia Naumann, Maristela da Costa Sousa. **Comissão Permanente de Redução de Danos Sociais e à Saúde:** Helena Maria Ramos dos Santos, Fábio José Lopes, Nazah Cherif Mohamed Youssef, Aline Pinto Guedes, Maria Lúcia Gomes, Marcelo Mikosz Gonçalves, Gabriele Luize Pereira. **Comissão Permanente de Redução de Oferta:** Renato Bastos Figueiroa, Italo Biancardi Neto, Maria Lúcia Gomes, Marcelo Mikosz Gonçalves. **Comissão Permanente de Estudos, Pesquisas e Avaliações:** Danielle Annoni, Simone Carinha Baroni, Aline Calefi Lima, Fábio José Lopes, Renato Bastos Figueiroa, Marco Antônio Socorro Marques Ribeiro Bessa, Gabriele Luize Pereira. O Presidente sugere a Secretária Executiva encaminhar por e-mail os nomes dos membros e suas respectivas Comissões para a formação dos grupos de whatsapp e ainda de posse da palavra fala sobre as Comissões Especiais que foram solicitadas pelo Conselheiro Fábio. O Conselheiro Fábio coloca a importância da discussão sobre estudo da cannabis medicinal terapêutica e o PL 399, que este tema poderá ser estudado na Comissão de Estudos e Pesquisas, conforme o Conselheiro Weber apontou. O Conselheiro Weber aponta como sugestão a Comissão de Estudos se debruçar nesta temática. O Conselheiro Fábio coloca como sugestão desta Comissão estudar sobre o uso da cannabis medicinal e outra Comissão para estudo do PL 399. O Presidente pede a palavra e solicita para não misturar estes dois assuntos, cada um tem a sua legislação, que as pequenas Associações tem um processo artesanal, que não foram incluídas no PL. Sugere a importância da criação de uma subcomissão para discutir o PL. Informa que o PL vai para aprovação do governo e que o governo federal terá noventa dias para manifestação e lembrou que o CONESD foi contrário ao PL e caso tenha a aprovação, como podemos contribuir com esta questão. Dr Renato solicita novamente esclarecimento quanto esta discussão/comissão, das requisições do Conselheiro Fábio. O Conselheiro Fábio esclarece que acompanhou a votação da aprovação do PL e foi muito confuso, vários pontos alterados e que nós precisamos entender, ter clareza sobre esta questão; que este PL é muito complexo e é por isto que acha importante o estudo para termos mais clareza, por isto teve o seu posicionamento contrário a aprovação da nota de repúdio do CONESD naquele momento, por falta de maior clareza. O Presidente solicita que o Conselheiro Marco Antônio Socorro Marques Ribeiro Bessa participe desta Comissão e diz que se dispõe a participar da Comissão 5 (cinco) também, pois está tudo muito confuso. Continuando informa que em Curitiba tem uma clínica atuando na área de tratamento com cannabis. A Conselheira Gabriele Luize Pereira relata o caso de um farmacêutico que está receitando, descumprindo nor-

mas do CRF. O Presidente ainda com a palavra aponta a importância do debate para contribuir com as políticas sobre drogas e o Conselheiro Weber reforça a necessidade da discussão na Comissão 5 (cinco). O Conselheiro Fábio concorda que seja discutido os dois assuntos na Comissão 5 (cinco) – PL e cannabis. A Conselheira Danielle coloca que entende e que concorda com tudo o que foi colocado e que não se sente muito confortável em discutir este tema na Comissão, pois é uma Comissão pequena e que propuseram uma live para discutir o PL e foi cancelada e que considera que deve ser discutido na Comissão 5 (cinco), mas que deveria ser criada uma Comissão específica para o PL, pois todos/as deveriam participar, caso contrário a Comissão discute por um período de três a quatro meses e quando vem para a plenária pode ter problemas em termos de entendimento, votação. O Presidente no uso da palavra sugere que dentro da Comissão 5 (cinco) se crie uma subcomissão para discutir este tema. Prosseguindo coloca três propostas: **1ª** criação de uma Comissão especial, exclusiva/específica; **2ª** subcomissão podendo receber outros Conselheiros/as e **3ª** discutir o tema dentro da Comissão 5 (cinco). Seguindo com a votação, as Conselheiras Danielle, Simone e Helena e o Conselheiro Fábio votaram na proposta **1** (um); os Conselheiros Weber, Renato, Bessa e Guilherme e as Conselheiras Maria Lúcia, Rita, Gabriele e Aline votaram na proposta **2** (dois); já a Conselheira Maristela votou na proposta **3** (três). Após a votação foi eleita a proposta **2**, ou seja criação de uma subcomissão podendo receber outros Conselheiros/as. Seguindo para o **quinto** ponto da pauta, o Presidente explana sobre o relatório da vistoria na Casa de Apoio Belém a pedido do Ministério Público do Trabalho. A Conselheira Danielle pede a palavra e questiona se já houve a denúncia no Ministério Público do Trabalho e o Presidente coloca que houve a denúncia e a partir daí foi encaminhado para o CONESD que fez a fiscalização pelo Conselheiro Luiz Carlos e a Servidora do NEPSD Ana Alice. A Conselheira Danielle questiona que não entende porque a denúncia veio para o CONESD, se não era competência deles? O Presidente coloca que está correndo em segredo e que na vistoria foi verificado a documentação e não encontraram irregularidades. O Conselheiro Guilherme pede a palavra e diz que concorda com a Conselheira Danielle, pois seria de competência do próprio Ministério Público do Trabalho. O Conselheiro Weber solicita manifestação e fala que o Ministério Público do Trabalho não fez nada que não era de sua competência e sim solicitaram o ponto de vista do CONESD em relação a esta demanda. O Presidente considera importante essas demandas estarem vindo para o Conselho, aponta que quanto mais tivermos essas solicitações demonstra o que o Conselho está fazendo, atuando, a visibilidade. O Conselheiro Guilherme coloca da importância do Conselho estar atuando nessas demandas, de forma permanente nas fiscalizações, considera uma comunicação necessária. A Conselheira Danielle coloca que concorda com o Conselheiro Weber e agradece as explicações em relação a esta questão. O Conselheiro Weber relatou uma situação envolvendo vinte e cinco pessoas onde foi envolvido

vários órgãos e aí o problema se resolveu de forma rápida, por isto a importância da participação de mais órgãos. O Conselheiro Luiz Carlos neste momento assume a palavra e fala da participação de outros membros nas reuniões ordinárias do CONESD, citando a Defensoria, CENSE. A Conselheira Helena pede a palavra e informa ao Presidente que o mesmo pulou o **quarto** ponto da pauta, que trata sobre a representação e representatividade dos/as Conselheiros/as conforme Regimento Interno, desta forma o mesmo retoma a pauta e menciona sobre a live que o Conselheiro Fábio participou, dizendo que os/as Conselheiros/as podem colocar o local que representam no CONESD, mas nunca se declararem como representantes do CONESD sem deliberação da plenária. Continuando menciona sobre o nosso local de fala, que estamos dentro de uma Secretaria, a SESP, que temos autonomia, mas temos que agir com cautela. O Conselheiro Fábio pede a palavra e coloca que o Presidente não precisaria gastar tanta saliva e nem ter trazido este assunto para a pauta, pois a arte da divulgação do evento foi corrigida antes do acontecimento, ficando como membros de Conselhos Estaduais, e deixa claro que tem posicionamentos contrários a política nacional sobre drogas. O Presidente neste momento solicita a suspensão deste ponto de discussão, para passar a palavra para o Defensor Público Bruno Muller, que foi convidado pelo próprio Presidente para uma fala na reunião. O Defensor assume a palavra e inicia relatando sobre o Seminário: “Tráfico de Drogas como Perspectivas de Forma de Trabalho de Adolescentes e Jovens”, que também teve a participação do Alex Sandro da Silva. Coloca que considera importante a participação mesmo que ouvinte neste Conselho e que participa do Conselho Estadual dos Direitos da Criança. Menciona que a Dr^a Luciana e o Alex Sandro estão abertos e a disposição para contribuir também e que se for necessário o CONESD pode oficiar a Defensoria para discutir demandas relacionadas a crianças e adolescentes. O Presidente aponta a necessidade de discussão da questão de adolescentes em Comunidades Terapêuticas e que a live promovida pela OAB foi muito importante e sugere para a Comissão de Tratamento discutir esta questão, pois a Resolução deixa muito a desejar e que esta discussão deve ser feita junto com a Defensoria. O Conselheiro Fábio pede a palavra e relata que apresentou requerimento formal sobre a importância da participação permanente da Defensoria no CONESD, que não fosse esporádico e também ser composto pela SETI. O Presidente pede a palavra agradecendo a participação do Defensor Bruno que também agradeceu as palavras e o convite para participação no CONESD, solicitando a formalização via documento/ofício. Dando sequência na reunião, o Presidente retoma o ponto **quatro** dizendo para o Conselheiro Fábio que não foi um “puxão de orelha”, mas simplesmente para esclarecer. Continua falando da representação da SETI, que quando houve a mudança do Governo foi solicitado os nomes dos integrantes e que não houve a indicação da SETI e que também a SETI deixou de ser Secretaria, sendo retirada pelo Governo. Falou ainda da questão do quórum que não fechava por conta da não participação e que o momen-

to não é o mais apropriado para trazeremos mais entidades para compor o CONESD, mas sim estudarmos a composição, ampliação a partir da Conferência Estadual. O Conselheiro Fábio toma a palavra e reconhece o trabalho dos ajustes que foram feitos e que hoje não se tem mais problemas com o quórum, que isto é fruto do trabalho, mas fala que o CONESD é muito enxuto e que a Defensoria é fundamental para discutir as demandas e a SETI é fundamental para a discussão das políticas públicas, que são sete Universidades Estaduais que podem contribuir, coloca que estamos num Conselho Estadual e que não temos a participação de nenhuma Universidade Estadual. A Conselheira Helena pede a palavra e relata que desde o período que iniciou a participação no CONESD, presenciou a não participação dos/as Conselheiros/as da SETI e que isto também foi um dos pontos que acabou levando a retirada da cadeira no CONESD. Menciona ainda que o Decreto Governamental terá que ser alterado, acrescentando mais duas cadeiras de entidades não governamental e que deverá haver discussão para esta ampliação. O Conselheiro Fábio coloca que a Defensoria é não gov e o Conselheiro Guilherme coloca que o Ministério Público também é representante como não gov, Dr Renato toma a palavra e fala que os dois órgãos são governamentais. O Presidente fala que temos que discutir esta questão para tomarmos encaminhamentos. A Conselheira Danielle coloca a necessidade de representação principalmente das Comunidades Terapêuticas e outros órgãos que estão com a “mão na massa”. O Conselheiro Fábio aponta que não precisamos esperar o tempo passar, podemos discutir a qualquer momento está questão de representação e o Presidente esclarece mais uma vez a importância de ampliarmos a discussão com outras entidades. O Conselheiro Fábio coloca como sugestão governamental a Defensoria Pública e SETI e não governamental o CAPSad e Comunidade Terapêutica. O Presidente coloca que esta gestão tem que deixar o seu legado, pois daqui a um ano e meio saímos e temos que deixar nosso trabalho consolidado. O Conselheiro Soavinski sugere como representantes não governamentais de Comunidades Terapêuticas a FEPACT e a COMPACTA, como também Associação de Moradores de Rua. O Conselheiro Weber coloca que vê com bons olhos a questão da ampliação das vagas, mas que tem andado pelo Estado e o maior problema hoje são de pessoas que não tem identidade de causa e precisamos disto nas formações dos Conselhos, gente que tem afinidade com a causa, antes de buscar a representação precisamos de pessoas com responsabilidade de causa. A Conselheira Danielle coloca que o problema é sempre as pessoas, por isto sugere a substituição, que podemos abrir mais quatro vagas e ter regras mais claras sobre a perda da representação. O Conselheiro Guilherme fala da questão das Comissões, querendo informações sobre a Comissão de Legislação, o Presidente informa que esta Comissão atuou naquele momento e o Conselheiro Guilherme coloca a importância da criação desta Comissão para discutir inclusive a criação da Lei do CONESD, solicitando ainda informações sobre o fundo, que consta como lei. O Presidente coloca que este assunto entrará como ponto de

pauta na próxima reunião. O Conselheiro Fábio aponta que precisamos encaminhar mas sempre temos que discutir a questão das representações, porque não poderia colocar para todos os representantes a questão das capacitações/conhecimento na área? Continuando levanta a questão da retirada da participação das Comunidades Terapêuticas pelo Secretário, praticamente no momento que a política nacional aponta para as CTs, sempre é tempo de discutir. A Conselheira Maria Lúcia coloca que na gestão anterior a colega do Dr Guilherme fazia parte desta Comissão e que está tudo no Decreto. E que muitas entidades faltam e mesmo com as faltas a credibilidade do Conselho foi reconquistada e que no Conselho somos entidade e que defende a sua entidade, que falamos pelas nossas entidades, que a entidade indica quem quer, coloca e retira quem quer, no momento que quer. O Presidente novamente fala da mudança, das alterações do Conselho e Núcleo para a SESP, que antes eram ligados a SEJU e na votação para mudança perderam por dois votos. Agradece a participação de todos/as os/as Conselheiros/as e diz “a gente tem que pensar para que isto aqui dê certo”, temos que trazer a discussão boa, frutífera e indica dois pontos para a pauta da próxima reunião, sendo dois nomes de entidades para participação no Conselho e a questão de informações sobre o fundo. Passando para o **sexto** ponto, cronograma do Junho Paraná sem Drogas. O Presidente abre a fala deixando em aberto para os pronunciamentos dos/as Conselheiros/as em relação ao cronograma do Junho Paraná sem Drogas. A Conselheira Danielle coloca que temos que discutir numa próxima reunião a questão da paridade de gênero e parabeniza a programação, mas com relação a questão dos Direitos Humanos, temos que inserir a questão de gênero e raça social nos eventos que serão organizados, pois esta visibilidade é uma questão muito importante. Coloca que na sua escrita não quis desrespeitar o Presidente, quer discutir este assunto posteriormente e que vai focar nesta questão, precisamos desta voz, a população carcerária é de setenta por cento de negros. Pede desculpa ao Presidente pela sua fala no grupo de whatsapp, sendo aceita pelo mesmo. O Presidente sugere que em junho e julho não seja realizada as lives pelo CONESD para discutirmos a questão de critérios para estas lives. O **sétimo** ponto da pauta dispõe sobre o relato dos Informes da Comissão de organização da Conferência Estadual sobre Drogas, sendo informado pelo Presidente que não houve reunião e que pretende elaborar o projeto até o dia quinze do corrente mês para apresentar para o Diretor do NESPD para os encaminhamentos pertinentes. Reforça que a Conferência irá acontecer e menciona a importância da parceria público/privado para esta ação. Passando para o **oitavo** ponto de pauta quanto aos informes do NEPSD, o Conselheiro Dr Renato assume a palavra e informa que está compilando as palestras do Junho Paraná sem Drogas, que conseguiu concentrar uma palestra no dia trinta de junho do Conselheiro Soavinski com a SEJUF no CENSE, e terá um feedback com os reeducandos sobre o conteúdo que será repassado. Informa que a Conferência poderá ser realizada até o mês de junho do próximo ano, que consultou os órgãos competentes para

obter esta informação. O Presidente coloca que então será realizada em junho do próximo ano e agradece ao Dr Renato por toda a contribuição do Núcleo, como também ao Conselheiro Soavinski, dizendo que é nestas parcerias que avançamos. Continua, relatando a participação com os Conselhos Municipais e toda a programação do Junho Paraná sem Drogas. Dr Renato informa que no dia vinte e seis de junho, além do Seminário, está prevista uma panfletagem junto a todos os Conselhos Municipais como também um ato pelo Núcleo mostrando a questão do uso de drogas, mas que está verificando ainda as regras sanitárias municipais para realizar a ação. O **nono** ponto de pauta trata dos informes gerais, onde o Presidente solicita a Conselheira Rita para trazer os informes sobre a situação do sistema carcerário em relação as drogas. Destacamos que às onze horas e trinta e sete minutos o Sr Alex Sandro da Silva, Diretor do CENSE da Fazenda Rio Grande acessou a reunião, o mesmo também estava convidado para participar junto com o Defensor Bruno, pediu desculpas pelo adiantado da hora, pois estava em outra reunião. Relatou sua participação na live promovida pela OAB e fez menção ao dia do combate ao trabalho infantil, que irá fazer um trabalho com os adolescentes e servidores/as. O Presidente solicita ao Sr Alex para trazer as demandas para este Conselho e Alex relata a questão do uso, tráfico e trabalho infantil. Fala da questão dos adolescentes serem protegidos pela legislação em relação ao trabalho infantil, mas por outro lado são punidos pelo tráfico. Passando para o último ponto da pauta o **décimo**, fica em aberto para a Palavra aos Conselheiros/as, não havendo mais nada a tratar o Presidente agradece a participação de todos e todas e vai encerrando a reunião deixando em aberto a participação de outros serviços, setores para trazerem demandas. A reunião dá se por encerrada às 12h00min, do que eu, Helena Maria Ramos dos Santos, Secretária Executiva lavrei a presente ata que vai devidamente assinada por mim e pelo Presidente deste Conselho.

LISTA DE PRESENÇA	
PRESENTES	ÓRGÃO REPRESENTANTE
Alan Cesar Santana Lopes	PMPR Falta justificada
Aline Calefi Lima	FIEP
Carlos Augusto Weber	OAB PR
Danielle Annoni	UFPR
Edison Luiz Machado de Camargo	SEJUF
Fábio José Lopes Orsine	CRP PR
Gabriele Luize Pereira	CRF
Guilherme de Barros Perini	MPPR
Helena Maria Ramos dos Santos	CRESS PR
Italo Biancardi Neto	DPC

José Augusto Soavinski	SESP
Luiz Carlos Hauer	OAB PR
Marcelo Mikosz	ACP PR
Marco Antônio Socorro Marques Ribeiro Bessa	CRM
Maria Lúcia Gomes	ACP/PR
Maristela da Costa Souza	SESA PR
Nazah Cherif Mohamed Youssef	CRM
Renato Bastos Figueiroa	SESP
Rita de Cássia Naumann	DEPEN PR
Simone Carinha Baroni	SEED
CONVIDADOS E OUVINTES	
Davi dos Anjos	COMAD/COLOMBO
Bruno Muller	DEFENSORIA PÚBLICA
Alex Sandro da Silva	CENSE

Luiz Carlos Hauer

Presidente – CONESD

Helena Maria Ramos dos Santos

Secretária – Executiva